

← continuação
 demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando os requerimentos dos pronunciamentos contábeis correspondentes. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o reconhecimento e divulgação das combinações de negócios no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Valor recuperável do ágio por rentabilidade futura - Controladora e Consolidado:** Veja as notas explicativas nº 12 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2019 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluíam ágio na aquisição de empresas e ágio em empresas incorporadas, respectivamente no montante total líquido de R\$ 2.971.221 mil e R\$ 2.995.552 mil, cuja recuperabilidade está fundamentada na expectativa de fluxos de caixa futuros estimados. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), ativos intangíveis sem vida útil definida precisam ser testados para fins de recuperabilidade anualmente. Para elaborar as projeções de fluxos de caixa futuros, a Companhia identifica as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e adota premissas tais como as taxas de crescimento dos negócios, as projeções de fluxo de caixa e as respectivas taxas de descontos aplicadas sobre os fluxos financeiros esperados. Devido as incertezas relacionadas as premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. **Como o assunto foi endereçado na auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre a preparação e revisão dos estudos técnicos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia; (ii) análise, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas utilizadas pela Companhia, especialmente as relativas às taxas de crescimento dos negócios, às projeções de fluxo de caixa e às respectivas taxas de descontos, e comparação das premissas utilizadas pela Companhia, quando disponíveis, com dados obtidos de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e taxas de desconto; e (iii) análise das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo de ágio por rentabilidade futura, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Reconhecimento da receita - Controladora e Consolidado:** Veja a nota explicativa nº 5.c e 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2019 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluíam na rubrica de Receita operacional líquida respectivamente o montante de R\$ 3.456.220 mil e R\$ 4.364.585 mil. As receitas da Companhia são oriundas de prestação de serviços e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços realizados até à data do balanço, para os quais é necessário determinar o montante da receita a ser reconhecida, considerando os serviços prestados e faturados e os serviços prestados porém ainda não faturados, e a estimativa das perdas com procedimentos efetuados mas não aprovados pelos planos e operadoras de saúde (denominadas "glosas"). A Companhia revisa periodicamente o histórico de perdas com glosas com o objetivo de mensurar e reconhecer essas perdas. Devido à relevância dos montantes no processo de reconhecimento das receitas de prestação de serviços bem como às características inerentes ao processo de determinação das estimativas relacionadas à mensuração das perdas estimadas com glosas, entendemos que esses assuntos são significativos em nossos trabalhos de auditoria. **Como o assunto foi endereçado na auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre o processo e adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para o reconhecimento de receita, especificamente os relacionados ao faturamento dos serviços prestados e à mensuração dos serviços prestados e ainda não faturados (receitas a faturar); (ii) reconciliação dos relatórios de faturamento para o período de janeiro a dezembro de 2019 com o saldo contábil de receita reconhecida nas demonstrações financeiras; (iii) realização de testes documentais, em base amostral, sobre a existência da receita de serviços faturados e a faturar no fim do exercício, avaliando o momento do reconhecimento da receita e montantes reconhecidos; (iv) avaliação da existência de tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento da receita; (v) análise das premissas relacionadas a glosas de planos de saúde, bem como critérios para mensuração das perdas estimadas com glosas e sua aderência às políticas contábeis da Companhia; (vi) realização de recálculo das provisões para perdas com glosas em 31 de dezembro de 2019; e (vii) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receitas de prestação de serviços, bem como os saldos das provisões para perdas estimadas com glosas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Adoção inicial do novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) e IFRS 16 - Arrendamentos:** Veja a nota explicativa nº 5.o e 17 das de-

monstrações financeiras individuais e consolidadas: **Principal assunto de auditoria:** A Companhia e suas controladas mantêm compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos de unidades de atendimento, armazéns, além de imóveis como sedes administrativas e núcleos técnicos operacionais. O novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) e IFRS 16 - Arrendamentos, introduziu requerimentos contábeis complexos servindo de base para mensuração do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento. A determinação se um contrato contém um arrendamento e a sua classificação de arrendamento mercantil envolve julgamento relevante e estão principalmente relacionadas ao prazo de arrendamento, o que inclui julgamentos da administração sobre direitos de renovações e/ou cancelamento de contratos. A determinação das premissas usadas na mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento estão principalmente relacionadas à taxa de desconto, que inclui julgamentos por parte da administração para definição da taxa incremental que está associada a incertezas relacionadas com as premissas e estimativas para a sua determinação que pode resultar em ajuste matéria nos saldos contábeis. Devido ao julgamento inerente ao processo de mensuração do ativo de contrato e do passivo de arrendamento, bem como pelas incertezas relacionadas as premissas utilizadas, poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como o assunto foi endereçado na auditoria:** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação, com o auxílio de especialistas internos em finanças corporativas, das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto, incluindo a comparação das premissas usadas pela Companhia e suas controladas com os dados obtidos externamente, e análise de sensibilidade sobre as premissas mais significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas relacionadas à taxas de desconto; (ii) avaliação, com base em uma amostra de contratos, da determinação do prazo de arrendamento e dos valores considerados na mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento determinados pela Companhia e suas controladas, incluindo análise das cláusulas de renovação em função dos fatos e circunstâncias relevantes que pudessem criar incentivos econômicos para o seu exercício; e (iii) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionadas à adoção do CPC 06 (R2) e IFRS 16 - Arrendamentos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, assim como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstrações de valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos naquele Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável pelas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre aquele relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se aquele relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continui-

dade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6
Leonardo Augusto Giusti - Contador CRC 1SP203952/O-9

LIVELO S.A.

CNPJ nº 12.888.241/0001-06

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais				Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto				
Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	2.448.358	1.333.305	Forneecedores	4.528	12.870	Lucro dos exercícios	189.117	134.457
Contas a receber	460.453	333.928	Contas a pagar operacional	146.133	42.450	Ajustes ao Lucro líquido		
Impostos a recuperar	48.475	72.237	Salários e encargos	18.146	14.327	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(47.737)	1.478
Despesas antecipadas	136	892	Dividendos a pagar	179.661	8.978	Depreciações/amortizações	4.668	3.916
Adiantamento a fornecedores	91.329	544.388	Impostos e contribuições a recolher	31.752	13.226	Perdas na alienação do imobilizado e intangível	-	16.363
Outros créditos	174	109	Passivos contingentes	1.020	2.162	Provisão para perdas	144.211	1.341
Total do ativo circulante	3.048.925	2.284.859	Obrigações com parceiros	2.566.593	2.068.394	Adoção inicial ao CPC 48	-	(448)
Depósitos judiciais	14.266	7.469	Outras contas a pagar	23.405	13.858	Passivos contingentes	5.425	5.615
Imposto de renda e contribuição social diferidos	97.868	49.777	Total do passivo circulante	2.971.238	2.176.265	(Aumento)/redução nos ativos e passivos operacionais		
Despesas antecipadas	1.822	49	Imposto de renda e contribuição social diferidos	354	-	Instrumentos financeiros	-	4.111
Outros créditos	21	-	Arrendamento mercantil a pagar	8.006	-	Contas a receber	(126.387)	(67.702)
Imobilizado	17.469	9.815	Passivos contingentes	14.549	7.982	Impostos a recuperar	(79.389)	(103.943)
Intangível	133	201	Total do passivo não circulante	22.909	7.982	Impostos pagos	103.151	64.060
Total ativo não circulante	131.579	67.311	Patrimônio Líquido			Despesas antecipadas	(1.017)	(274)
Total do Ativo	3.180.504	2.352.170	Capital social	139.100	139.100	Adiantamento a fornecedores	308.710	(438.873)
			Reserva legal	11.346	1.890	Outros créditos	(86)	(46)
			Reserva estatutária de expansão	35.911	26.933	Depósitos judiciais	(6.797)	(3.812)
			Total do patrimônio líquido	186.357	167.923	Fornecedores	(8.342)	(5.573)
			Total do Passivo	3.180.504	2.352.170	Contas a pagar operacional	103.683	(59.783)
						Salários e encargos	3.819	3.010
						Impostos e contribuições a recolher	18.526	18
						Obrigações com parceiros	498.199	761.073
						Outras contas a pagar	9.547	(12.340)
						Arrendamento mercantil a pagar	(1.336)	-
						Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.117.965	302.648
						Fluxo de caixa das atividades de investimento		
						Adições ao imobilizado e intangível	(2.912)	(4.423)
						Alienações de imobilizado e intangível	-	12
						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.912)	(4.411)
						Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.115.053	298.237
						Caixa e equivalentes de caixa		
						Saldo inicial	1.333.305	1.035.068
						Saldo final	2.448.358	1.333.305
						Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.115.053	298.237
						Demonstrações de resultados abrangentes		
							2019	2018
						Resultado dos exercícios	189.117	134.457
						Outros resultados abrangentes	-	(8.038)
						Resultado abrangente total	189.117	126.419
						Diretoria		
						Presidente - Alexandre Rappaport		
						Diretor		Diretora
						Marco Aurelio de Queiroz Campos		Esther Dalmas
						Contador: Marcos Antônio Ribeiro dos Santos - CRC 1SP225353/O-0		

As Demonstrações Financeiras na íntegra, acompanhadas de suas Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, encontram-se à disposição dos interessados na Sede da Companhia.